

# Relatório de Atividades 2017



Secretaria de Estado de Gestão  
do Território e Habitação -  
SEGETH

Governo do Distrito Federal  
Secretaria de Estado de Gestão do  
Território e Habitação - SEGETH  
31/12/2017



## SUMÁRIO

HISTÓRICO .....	2
QUADRO DE PESSOAL .....	3
1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA .....	4
1.1 PROGRAMA TEMÁTICO: 6208 – TERRITÓRIO DA GENTE .....	4
1.2 PROGRAMA TEMÁTICO: 6211 – DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA .....	9
1.3 PROGRAMA TEMÁTICO: 6216 – MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL .....	9
1.4 PROGRAMA: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL.....	9
1.5 PROGRAMA: 6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – DESENVOLVIMENTO.....	10
2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES.....	13
DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE.....	20



## SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO DO TERRITÓRIO E HABITAÇÃO - 28.101

### **1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS**

#### **Legislação atualizada e síntese das competências**

A Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal – Segeth, é responsável pelo planejamento urbano do Distrito Federal, criada em 2015, por meio do Decreto nº 36.236, de 1º de janeiro de 2015, tem como competência o ordenamento territorial, uso e ocupação do solo, planejamento, desenvolvimento e intervenção urbana, gestão de Brasília como patrimônio cultural da humanidade, estudos, projetos e criação de áreas habitacionais, planejamento da política habitacional, planejamento da política de regularização fundiária de áreas ocupadas, aprovação de projetos arquitetônicos e urbanísticos, de parcelamento do solo e licenciamento de atividades urbanas.

Vinculada à Segeth há a Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – Codhab, empresa pública que executa os programas de construção de moradias populares e disponibiliza postos de assistência técnica em comunidades carentes para promover as melhorias necessárias nos projetos urbanísticos de residências e áreas comuns dessas localidades.

No ano de 2016, o Governo do Distrito Federal, somada à necessidade de um melhor equacionamento e integração das ações de planejamento habitacional e de gestão urbana, de forma participativa, democrática e transparente, com visio no aprimoramento e agilidade no atendimento ao cidadão, a Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação – SEGETH foi reestruturada, a partir da publicação do Decreto nº 37.224 de 31 de março de 2016.

Em 15 de setembro de 2016, com a criação da Secretaria de Estado das Cidades - SECID por meio do Decreto nº 37.625, a Subsecretaria de Ordenamento das Cidades que integrava a estrutura da SEGETH, foi transferida para a SECID, além da coordenação e supervisão das ações das Administrações Regionais.

Com isso, os vinculados à estrutura da SEGETH atualmente são: o Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal – CONPLAN; Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB; Conselho de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CONDHAB; e o Sistema de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal – Sisplan.

A missão da Segeth é planejar, projetar e gerir o território do Distrito Federal e assegurar o ordenamento urbano e o provimento habitacional de forma integrada, inclusiva, participativa e sustentável.

Por fim, cabe ressaltar ainda o Fundo Distrital de Habitação de Interesse Social - FUNDHIS e Fundo de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal – FUNDURB sob a gestão desta Secretaria.



### FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (C om cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivo do GDF	30	26	99	34	189
Comissionados sem vínculo efetivo	47	-	142		189
Requisitados de órgãos do GDF	15	2	38	5	60
Requisitados de órgãos fora do GDF		1	3		4
Estagiários		11		48	59
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango					
Terceirizados (FUNAP)		10			10
Outros - especificar					
Subtotal					501
(-) cedidos para outros órgãos	16	7	13	12	48
Total Geral	108	57	295	99	559



## 2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

### PROGRAMA 6208 - TERRITÓRIO DA GENTE

#### Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	211.659,00	2,00	0,00	0,00
5205 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	211.659,00	2,00	0,00	0,00
3145 - APRIMORAMENTO E INTEGRAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL	10.000,00	0,00	0,00	0,00
0001 - APRIMORAMENTO E INTEGRAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL--DISTRITO FEDERAL	10.000,00	0,00	0,00	0,00
2402 - MONITORAMENTO DAS ÁREAS DO TERRITÓRIO DO DISTRITO FEDERAL	1.000,00	1,00	0,00	0,00
0003 - MONITORAMENTO DAS ÁREAS DO TERRITÓRIO DO DISTRITO FEDERAL--DISTRITO FEDERAL	1.000,00	1,00	0,00	0,00
3285 - INTEGRAÇÃO DE PROCESSOS DE LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO	1.000,00	1,00	0,00	0,00
0001 - INTEGRAÇÃO DE PROCESSOS DE LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	1.000,00	1,00	0,00	0,00
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	50.000,00	3.300,00	3.300,00	3.300,00
5756 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS-SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO E HABITAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	50.000,00	3.300,00	3.300,00	3.300,00
2579 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO	466.467,00	868.717,00	756.813,10	756.813,10
0015 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO-SECRETARIA DE GESTÃO DO TERRITÓRIO E HABITAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	466.467,00	868.717,00	756.813,10	756.813,10
4142 - OTIMIZAÇÃO DO PLANO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE PARCELAMENTOS	1.000,00	1,00	0,00	0,00
0003 - OTIMIZAÇÃO DO PLANO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE PARCELAMENTOS--DISTRITO FEDERAL	1.000,00	1,00	0,00	0,00
3571 - MELHORIAS HABITACIONAIS	20.000,00	1,00	0,00	0,00
0002 - MELHORIAS HABITACIONAIS--DISTRITO FEDERAL	20.000,00	1,00	0,00	0,00
<b>TOTAL - 6208 - TERRITÓRIO DA GENTE</b>	<b>761.126,00</b>	<b>872.023,00</b>	<b>760.113,10</b>	<b>760.113,10</b>

Os gastos relacionados à tabela acima quanto a Capacitação de Pessoas refere-se a confecção do Guia de Urbanização, que tem carácter orientativo aos técnicos que elaboram projetos de urbanismo e à Manutenção dos Conselhos.

Ainda no âmbito da capacitação de pessoas todas as ações se pautaram na execução de planos, programas e projetos de desenvolvimento de pessoas visando não somente a valorização, motivação, integração, troca de experiências, qualificação e capacitação, bem como o engajamento do servidor aos objetivos, metas e resultados institucionais, que fortaleçam uma cultura organizacional com foco na melhoria da gestão pública.

Todos os cursos foram realizados pela Escola de Governo do Distrito Federal, sem utilização de recursos orçamentários, conforme quadros a seguir:



<b>Cursos Presenciais pela EGOV</b>	
<b>CURSOS</b>	<b>SERVIDORES CAPACITADOS</b>
Promoção de Igualdade Racial e Enfrentamento ao Racismo - Turma 1	3
Lei Complementar nº 840/2011 - Turma 1	1
Lei Complementar nº 840/2011 - Turma 2	1
Metodologia para pesquisa e análise de preço - Turma 1	1
Educação financeira pessoal - Turma 4	1
Aposentadorias e pensões - Turma 3	1
Capacitação e aperfeiçoamento no SIGRH - manutenção de cadastro	2
Construção de cenários prospectivos - Turma 1	1
Gestão e fiscalização de contratos - Turma 6	1
Licitações e contratos: Lei nº 8.666/93 - Turma 4	1
Capacitação e aperfeiçoamento no SIGRH - aposentadoria e pensão -Turma 2	2
Administração orçamentária, financeira, patrimonial e contábil com foco no Sistema de Gestão Governamental (SIGGo) - Módulo I - Turma 2	2
Acompanhamento e fiscalização de contratos - Turma 3	2
Elaboração de Projeto Básico e Termo de Referência - Turma 9	1
Capacitação na ferramenta do SIGRHWEB - Extrator de Dados - Turma 1	2
Técnicas de organização e condução de reunião - Turma 6	2
Regime Próprio de Previdência Social - Turma 1	2
Introdutório em mediação de conflitos - Módulo I (do conflito, paradigmas e abordagens) - Turma 2	1
Elaboração de Projeto Básico e Termo de Referência - Turma 10	1
Tomada de Contas Especial - Módulo I (Instrução prévia) - Turma 3	4
Capacitação na ferramenta do SIGRHWEB - GFIP- SEFIP 8.4 - Turma 2	1
Capacitação na ferramenta do SIGRHWEB - afastamentos e benefícios - Turma 2	1
Gestão de riscos com base na NBR ISO 31000:2009 - Turma 5	2
Aposentadorias e pensões - Turma 4	2
Técnicas de organização e condução de reunião - Turma 7	2
Educação financeira pessoal - Turma 8	2
Redação oficial - Turma 6	3
Mediação de conflitos em ambientes de ouvidoria - Turma 1	1



Administração orçamentária, financeira, patrimonial e contábil com foco no Sistema de Gestão	2
Governamental (SIGGo) - Módulo II - Turma 2	
Capacitação e aperfeiçoamento no SIGRH - manutenção de cadastro - Turma 5	1
Acompanhamento e fiscalização de contratos - Turma 3	1
Processo Disciplinar - Turma 4	1
Capacitação e aperfeiçoamento no SIGRH - afastamentos e benefícios - Turma 5	1
Acompanhamento e fiscalização de contratos - Turma 4	1
TOTAL	54

<b>Cursos a Distância pela EGOV</b>	
<b>CURSOS</b>	<b>SERVIDORES CAPACITADOS</b>
Ética e Serviço Público 1/2017	1
Transparência, Ética e Controle Social 1/2017	1
Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa 1/2017	1
Atendimento ao Cidadão 1/2017	1
Gestão de Projetos 1/2017	3
Legislação Aplicada à Logística de Suprimentos 1/2017	1
Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos 1/2017	1
Ética e Serviço Público 2/2017	3
Transparência, Ética e Controle Social 2/2017	11
Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa 2/2017	2
Atendimento ao Cidadão 2/2017	1
Gestão Estratégica com uso do BSC 2/2017	2
Gestão de Projetos 2/2017	3
Transparência, Ética e Controle Social 3/2017	3
Atendimento ao Cidadão 3/2017	1
Gestão de Projetos 3/2017	1
Ética e Serviço Público 4/2017	2
Gestão de Projetos 3/2017	
Transparência, Ética e Controle social 4/2017	1
Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa 4/2017	1
Atendimento ao Cidadão 4/2017	1
Gestão Estratégica com uso do BSC 5/2017	1
Gestão de Projetos 5/2017	1
TOTAL	43



Palestras, Congressos e Seminários pela EGOV	
CURSOS	SERVIDORES CAPACITADOS
Oficinas de Aprendizagem em Ouvidoria - Carta de serviços - Turma 4	2
II Semana de Capacitação e Aperfeiçoamento Técnico em Controle Interno - GRUPO II - Turma 1	2
IPREV-DEBATE: um olhar atuarial sobre a previdência - Turma 1	1
X Congresso de Gestão Pública - CONSAD - Turma 1	9
Palestra: Penas máximas no Processo Administrativo Disciplinar - Turma 2	2
II seminário de orientação para aposentadoria do GDF - Turma 1	2
Palestra: Gestor - Coach: uma necessidade em tempos de crise e mudança - Turma 1	1
Mesa de Diálogo: Diversas formas de lidar com conflito ampliando os horizontes - Turma 1	1
II Seminário de Gestão Governamental do Distrito Federal - Turma 1	1
TOTAL	21

Em relação à manutenção dos Conselhos, foram realizadas 15 reuniões com o Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal - CONPLAN, com 39 decisões aprovadas; 6 reuniões com o Conselho de Administração de Fundos de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal - FUNDURB, com 14 resoluções publicadas, 7 reuniões com o Conselho do Fundo Distrital de Habitação de Interesse Social - FUNDHIS, com 1 resolução publicada e 6 em fase de publicação, 6 reuniões com o Conselho Consultivo de Preservação e Planejamento Territorial e Metropolitano do Distrito Federal - CCPPTM/DF, 16 reuniões da Comissão Permanente de Monitoramento do Código de Edificações do Distrito Federal – CPCOE.

#### Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
1414 DOMICÍLIOS EM PROJETOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA/TOTAL DE DOMICÍLIO NO DF	120730	UNIDADE	108.657	-	97.791	73.213	88.012	79.210	PDAD/ CODEPLAN / UO 28101 / OE 2
<b>Justificativa:</b> <b>Polaridade: Quanto menor melhor</b> 2016 - Não foi apurado e será revisado. 2017 - O índice foi mensurado por meio dos dados de domicílios com projeto de regularização em ARIS informados pela CODHAB, e em ARINE informados pela TERRACAP, sendo, respectivamente, 143.978 e 19.387 domicílios. Perfazendo um total de 163.365 de domicílios com projeto de um total de 236.578 domicílios no DF. O índice desejado considera o total de domicílios menos a quantidade de domicílios em projetos de regularização, sendo 236.578 - 163.365 = 73.213.									
1713 - PERCENTUAL DE LOTES INFORMAIS	34,68	%	-		34,7	34,68	24,19	12,78	SEGETH/CODHAB/IDE/UO 28101/OE 1



<b>Justificativa:</b> <b>Polaridade: Quanto menor melhor.</b> 2017 - Polaridade: Índice criado em 2017. Devido falha no sistema SIGGO o índice mais recente está errado. Onde se lê 44,42, leia-se 34,68%, pois é o primeiro ano que o indicador é apurado. O indicador parte do total de lotes nas áreas de regularização de interesse social - ARIS, definidas no PDOT e afere a regressão do percentual de lotes que não receberam escrituras da CODHAB. O índice mais recente superou a meta desejada para o ano de 2017.									
1714 - POPULAÇÃO RESIDENTE PRÓXIMA À INFRAESTRUTURA DE MOBILIDADE ATIVA	33,43	KM / 100 mil Hab	-		34,76	33,43	38,24	42,06	SEGETH/PDAD/PNAD/CODEPLAN/UO 28101/OE 1
<b>Justificativa:</b> <b>Polaridade: Quanto maior melhor.</b> 2017 - Polaridade: Índice criado em 2017. O indicador População residente próxima à infraestrutura de mobilidade ativa mede a razão entre a extensão da infraestrutura de mobilidade ativa (destinada a pedestres e ciclistas) no DF e o número de habitantes, para avaliar a capacidade de atendimento dessa infraestrutura e subsidiar o planejamento de sua expansão.									

O indicador **Domicílios em projetos de regularização fundiária/total de domicílios no DF** foi definido no início do PPA, porém, por se tratar de um indicador com informações de outros órgãos, no ano de 2016 não foi possível identificar o resultado alcançado. No ano de 2017, o indicador em questão foi mensurado por meio dos dados de domicílios com projeto de regularização em ARIS informados pela CODHAB, e em ARINE informados pela TERRACAP, sendo, respectivamente, 143.978 e 19.387 domicílios. Perfazendo um total de 163.365 de domicílios com projeto de um total de 236.578 domicílios em ARIS e ARINE que temos no DF. Já temos, portanto, um total de 69% ( $163.365 / 236.578$ ) de domicílios com projeto de regularização fundiária. Apesar do indicador ter sido criado em número absoluto, o resultado apresentado se faz em percentual. Desta forma, será solicitada a alteração no PPA.

Em 2017 a Diretoria de Planejamento e Sustentabilidade Urbana da Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano firmou uma parceria com a Companhia de Planejamento do Distrito Federal, visando definir alguns indicadores de Qualidade e Sustentabilidade Territorial do DF. Desta parceria, surgiram alguns indicadores dentre eles o "Percentual de Lotes Informais" e "População residente próxima à infraestrutura de mobilidade ativa" que foram inseridos no PPA em 2017.

O indicador **Percentual de Lotes Informais** parte do total de lotes nas áreas de regularização de interesse social – ARIS, definidas no PDOT e afere a regressão do percentual de lotes que não receberam escrituras da CODHAB. O índice mais recente superou a meta desejada para o ano de 2017, resultando em 34,68% de lotes em ARIS que ainda não tem escrituras entregues.

O indicador **População residente próxima à infraestrutura de mobilidade ativa** mede a razão entre a extensão da infraestrutura de mobilidade ativa (destinada a pedestres e ciclistas) no DF e o número de habitantes, para avaliar a capacidade de atendimento dessa infraestrutura e subsidiar o planejamento de sua expansão. A infraestrutura considerada abrange as obras, implantadas e projetadas, incluindo: rotas acessíveis, requalificações urbanas, travessias, ruas e calçadas compartilhadas, ciclofaixas, ciclovias e zonas 30. O índice apurado está em 33,43 km/100 mil habitantes.



## 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

### Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	160.000,00	135.347,00	127.209,07	114.209,07
0021 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-SECRETARIA DA GESTÃO DO TERRITÓRIO E HABITAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	160.000,00	135.347,00	127.209,07	114.209,07
<b>TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA</b>	<b>160.000,00</b>	<b>135.347,00</b>	<b>127.209,07</b>	<b>114.209,07</b>

O contrato com a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal – FUNAP/DF foi renovado e tem por objetivo contribuir para a recuperação social do preso e a melhoria de suas condições de vida mediante a ressocialização a partir do desenvolvimento de trabalhos administrativos no órgão. O contrato conta com a disponibilização de 10 (dez) reeducandos que exercem atividades nas áreas de reprografia, auxiliar administrativo, suporte na área de transporte e patrimonial, auxiliar de eletricitista, manutenção hidráulica e copeiragem.

## 6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL

### Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3279 - IMPLANTAÇÃO DA ESTRADA PARQUE TRANSBRASÍLIA - PPP	20.000,00	2,00	0,00	0,00
0001 - IMPLANTAÇÃO DA ESTRADA PARQUE TRANSBRASÍLIA - PPP-- DISTRITO FEDERAL	20.000,00	2,00	0,00	0,00
<b>TOTAL - 6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL</b>	<b>20.000,00</b>	<b>2,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

## 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

### Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	2.356.638,00	96.499,00	88.895,30	88.895,30
0055 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO DO TERRITÓRIO E HABITAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	2.356.638,00	96.499,00	88.895,30	88.895,30
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	594.448,00	1.743.011,00	1.602.388,12	1.449.617,95
0052 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-SECRETARIA DA GESTÃO DO TERRITÓRIO E HABITAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	594.448,00	1.743.011,00	1.602.388,12	1.449.617,95



<b>TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL</b>	<b>2.951.086,00</b>	<b>1.839.510,00</b>	<b>1.691.283,42</b>	<b>1.538.513,25</b>
---	---------------------	---------------------	---------------------	---------------------

Na Conversão de Licença Prêmio em Pecúnia, houve execução de 92% do orçamento liberado, tendo sido pago apenas um servidor no exercício de 2017. O pagamento foi realizado conforme demonstrativo apresentado pela Diretoria de Gestão de Pessoas da SEGETH. O orçamento remanescente no valor de R\$ 2.260.139,00, foi alterado pela SUOP e liberado parcialmente para pagamento de despesas com a folha de pagamento da própria SEGETH, ficando ainda em aberto outras licenças prêmio, sendo 9 servidores do ano 2016 e 10 do ano de 2017.

Com relação aos Ressarcimentos, Indenizações e Restituições, foram executadas 92% das despesas com ressarcimento de servidores oriundos de 04 (quatro) órgãos distintos, além do pagamento referente a uma indenização de transporte.

#### **6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO**

##### **Execução Orçamentária e Financeira**

<b>Ação/Subtítulo</b>	<b>Lei</b>	<b>Despesa Autorizada</b>	<b>Empenhado</b>	<b>Liquidado</b>
<b>8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL</b>	<b>55.106.424,00</b>	<b>51.371.424,00</b>	<b>51.282.535,21</b>	<b>51.282.535,21</b>
6982 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO E HABITAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	55.106.424,00	51.371.424,00	51.282.535,21	51.282.535,21
<b>8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES</b>	<b>2.023.331,00</b>	<b>1.883.331,00</b>	<b>1.851.531,79</b>	<b>1.851.531,79</b>
7010 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO E HABITAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	2.023.331,00	1.883.331,00	1.851.531,79	1.851.531,79
<b>8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS</b>	<b>2.105.366,00</b>	<b>203.151,00</b>	<b>136.367,75</b>	<b>119.425,96</b>
0131 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO E HABITAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	2.105.366,00	203.151,00	136.367,75	119.425,96
<b>2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO</b>	<b>61.000,00</b>	<b>137.225,00</b>	<b>119.624,86</b>	<b>119.624,86</b>
0018 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	61.000,00	137.225,00	119.624,86	119.624,86
<b>2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS</b>	<b>2.000,00</b>	<b>2,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
5320 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-- PLANO PILOTO.	2.000,00	2,00	0,00	0,00
<b>3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS</b>	<b>2.000,00</b>	<b>2,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
9667 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO E HABITAÇÃO- PLANO PILOTO.	2.000,00	2,00	0,00	0,00
<b>TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO</b>	<b>59.300.121,00</b>	<b>53.595.135,00</b>	<b>53.390.059,61</b>	<b>53.373.117,82</b>



O Programa 6001 destina-se às ações de manutenção administrativa da SEGETH, como o pagamento com a folha de pessoal, concessão de benefícios aos servidores, aquisição de suprimentos de informática e materiais de consumo.

Por força da Lei Orçamentária Anual, relativa ao exercício de 2017, para o programa: 6001, a Segeth teve um orçamento autorizado no valor de R\$ 53.595.135,00 (cinquenta e três milhões e quinhentos e noventa e cinco mil e cento e trinta e cinco reais). Desse montante foi executado o valor de R\$ 53.390.059,61 (cinquenta e três milhões e trezentos e noventa mil e cinquenta e nove reais e sessenta e um centavos) que resultou em um percentual de execução de 99,617%.

Em relação às ações de conservação das estruturas físicas e reforma dos prédios e próprios, informamos que não houve execução, uma vez que esta Secretaria não possui prédio próprio para alocar seus servidores, sendo que o prédio, atualmente ocupado pela Segeth, pertence à Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB, desde dezembro de 2015, fato que justifica a não realização de despesas.

Quanto às ações de administração de pessoal e concessão de benefícios a servidores, o valor ora autorizado foi suficiente para pagamento com a folha de pessoal, encargos, auxílio alimentação, auxílio transporte, auxílio creche, auxílio funeral, dentre outros benefícios.

Vale destacar que embora com o orçamento restrito para realizar as atividades voltadas à ação de manutenção de serviços administrativos, pode-se dizer que foi possível pagar todas as despesas referentes aos contratos continuados, além disso, concretizar as seguintes aquisições e contratações, no âmbito da Comissão Permanente de Licitações – CPL, muito embora, algumas aquisições/contratações tenham sido realizadas com recursos oriundos do Fundo de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – FUNDURB/DF:

**Pregões Eletrônicos**

Processo	Número do PE	Descrição	Valor Estimado	Valor Homologado	Economia*	% de economia
00390-00005015/2016-75	01/2017	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços, sob demanda, de planejamento, organização, execução e acompanhamento de eventos institucionais nos exercícios de 2017/2018	R\$ 718.385,25	R\$ 349.500,00	R\$ 368.885,25	51,35%
00390-00005074/2017-24	02/2017	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços telefônicos de (chamadas de longa distância), nacionais (interurbanas), originadas de telefone fixo comutado (STFC), oriundas do Distrito Federal, com Discagem Direta a Ramal – DDR	R\$ 1.793,28	R\$ 1.793,28	R\$ -	0,00%
00390-00005054/2017-53	03/2017	Aquisição de suprimentos de impressão para equipamentos Multifuncionais e Impressoras.	R\$ 42.658,04	R\$ 25.139,94	R\$ 17.518,10	41,07%
00390-00005483/2017-21	04/2017	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de levantamentos topográficos.	R\$ 56.092,28	R\$ 24.652,56	R\$ 31.439,72	56,05%
00390-00008095/2017-00	05/2017	Aquisição de suprimentos de impressão para equipamentos Multifuncionais e Impressoras.	R\$ 17.967,58	R\$ 15.732,92	R\$ 2.234,66	12,44%
00390-00007907/2017-91	06/2017	Aquisição de suprimentos para impressão (Impressoras, Multifuncionais e Plotters).	R\$ 108.146,81	R\$ 68.167,60	R\$ 39.979,21	36,97%
00390-00010169/2017-60	07/2017	Contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços técnicos de manutenção preventiva e corretiva de 53 (cinquenta e três) aparelhos de ar-condicionado Split	R\$ 63.040,33	R\$ 35.520,00	R\$ 27.520,33	43,66%
Total			R\$ 1.008.083,57	R\$ 520.506,30	R\$ 487.577,27	48,37%



**Cotações Eletrônicas**

Processo	Número da Cotação	Descrição	Valor Estimado	Valor Homologado	Economia*	% de economia
390.000.657/2016	01/2017	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços telefônicos de (chamadas de longa distância), nacionais (interurbanas), originadas de telefone fixo comutado (STFC), com Discagem Direta a Ramal DDR.	R\$ 173,88	CANCELADA		
00390-00005485/2017-10	02/2017	Contratação de empresa especializada em serviços de manutenção de Multifuncional do tipo Plotter, com fornecimento e substituição de peças	R\$ 3.123,00	R\$ 1.989,99	R\$ 1.133,01	36,28%
00390-00006057/2017-12	03/2017	Aquisição de 150 Cabos de Segurança modelo KENSINGTON, cabos de aço e cadeados com chaves.	R\$ 2.958,00	R\$ 1.990,99	R\$ 967,01	32,69%
390.000.582/2016	04/2017	Contratação de empresa especializada para a confecção de SELO de autenticidade personalizado.	R\$ 4.250,00	R\$ 4.248,90	R\$ 1,10	0,03%
00390-00006648/2017-81	05/2017	Contratação, no âmbito da Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal - SEGETH, de empresa especializada para realização de manutenção de segundo nível, incluindo recarga, em extintores ABC portáteis de 6 kg.	R\$ 3.459,50	R\$ 3.424,98	R\$ 34,52	1,00%
<b>Total</b>			<b>R\$ 13.964,38</b>	<b>R\$ 11.654,86</b>	<b>R\$ 2.135,64</b>	<b>15,29%</b>



### **3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

#### **Realizações Extraordinárias**

No ano de 2017, a Secretaria de Gestão do Território e Habitação desenvolveu programas relacionados ao aprimoramento e integração dos instrumentos legais de planejamento e gestão territorial, destacando alguns projetos de lei:

1. Foram publicados os Decretos nºs 38.172 e 37.172 que regulamentam a Lei dos Puxadinhos para a Asa Norte, nas quadras 100, 200, 300 e 400 e da Asa Sul, estabelecendo limites e padrões para a ocupação de áreas públicas na região, com isso o Governo do Distrito Federal visa disciplinar a ocupação das áreas públicas vizinhas dos blocos comerciais e galerias, deixando claro os direitos e deveres do Estado e dos comerciantes, buscando uma relação harmoniosa entre as duas partes e a população.
2. O governo encaminhou à Câmara Legislativa do Distrito Federal o Projeto de Lei do Novo Código de Obras e Edificações do Distrito Federal – PL1621/2017, que visa modernizar e agilizar a aprovação de novos projetos arquitetônicos. O antigo código de 1998 foi alterado diversas vezes por outras leis, tornando assim o processo de entendimento sobre a análise e aprovação de projetos de difícil entendimento. O Novo Código irá consolidar todas as informações em um único documento e, principalmente, simplificar o processo.
3. Sancionada a Lei de Permeabilidade nº 929, de 28 de julho de 2017, que dispõe sobre dispositivos de captação de águas pluviais para fins de retenção, aproveitamento e recarga artificial de aquíferos em unidades imobiliárias e empreendimentos localizados no Distrito Federal. A lei busca garantir a infiltração de águas no solo para que esta chegue ao lençol freático, vá para um rio e posteriormente às barragens. As novas edificações deverão obedecer a regra e ter uma área mínima para que a água consiga penetrar o solo no caso de lotes maiores de 600 m<sup>2</sup> será possível apresentar alternativas tecnológicas para infiltração artificial.
4. Encaminhado o Projeto Complementar de Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS) - PLC 132/2017 à Câmara Legislativa, este projeto unifica cerca de 420 normas urbanas e seis planos diretores locais vigentes o que facilitará o licenciamento de atividades econômicas e de edificações nas cidades com transparência e operação 100% digital. Este projeto de lei foi construído com a participação da sociedade, com a realização de 46 reuniões da Câmara Técnica, 24 consultas públicas presenciais nas Regiões Administrativas, 4 consultas públicas on-line e 3 audiências públicas. A lei incide sobre aproximadamente 365 mil lotes urbanos registrados em cartório e espalhados por 24 regiões administrativas. Não está incluído o conjunto urbanístico tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).
5. Aprovada pela Câmara Legislativa do Distrito Federal, a Lei da Compensação Urbanística PL nº 110/2017 que institui a compensação urbanística para construções que estão em desacordo com as regras do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT). O instrumento possibilita a regularização e o licenciamento de empreendimentos executados em desacordo com os índices e parâmetros urbanísticos estabelecidos na legislação, mediante o pagamento de indenização ao Estado.



Alguns projetos urbanísticos foram aprovados por meio de Decreto ou Portaria, sendo eles:

1. Projeto Urbanístico de Regularização da área do Hospital Regional de Santa Maria.
2. Projeto de desmembramento do AE 28 do SAI Sudoeste, Projeto Urbanístico de Regularização de parte das Quadras 5 e 6 da Vila Buritis – Setor Residencial Leste – Planaltina.
3. Projeto de Criação de estacionamento e acessibilidade na Av. Pau Brasil e entorno do Lote 2 na Quadra 207 em Águas Claras.
4. Publicada a Lei Complementar nº 935, de 21 de dezembro de 2017, que define os parâmetros urbanísticos para as Quadras QI 1 a 7 do Setor Leste Industrial do Gama.

Outros projetos relacionados à Gestão Territorial foram aprovados pelo Conselho de Planejamento – CONPLAN e encaminhados à Casa Civil do Distrito Federal, tais como:

1. Alteração dos parâmetros urbanísticos dos lotes 1 a 23 da Avenida Comercial do Setor Habitacional Taquari.
2. Definição de parâmetros de uso e ocupação do solo para lotes destinados à H4, HC4 e C relacionados no MDE11/92 e MDE 86/92 – Santa Maria.
3. Altera parâmetros de uso e ocupação do solo do Lote Único da Usina Termoelétrica – Trecho 6 – SAI.

Algumas minutas de Lei estão em elaboração:

1. Minuta de Lei Complementar que regulamenta a outorga onerosa de transformação de uso rural em urbano – ONURB.
2. Minuta de Lei de Implantação de Infraestrutura de Telecomunicação.
3. Minuta do Projeto de Lei para a criação de Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS.
4. Revisão do Anteprojeto de Lei do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB.
5. Proposta de regulamentação da Lei Distrital nº 4.996/2012, que será alterada em função da Lei Federal nº 13.465/2017 de regularização fundiária urbana, com a participação desta Secretaria no Grupo de Trabalho coordenado pela Casa Civil e o Decreto de Adoção de Praças.

Finalizadas as Minutas de Decretos referente à Criação de Zona Especial de Interesse Social – ZEIS no Pôr do Sol - Ceilândia, para provimento de Novas Áreas Habitacionais e para a Criação da Linha de Ação Aluguel Legal do Programa Habita Brasília.

Publicado o Guia de Urbanização, instrumento que tem por objetivo orientar para modelos que beneficiem a mobilidade ativa e acessibilidade universal em projetos para espaços públicos. Sintetiza normativos, ressalta tipologias adequadas aos novos princípios de desenho urbano sob a égide da qualidade e competência técnica, seja nos pisos, nos acessos, na acessibilidade, na qualidade visual e nos mobiliários urbanos. Trata-se de estabelecer tipos adequados às atuais tendências do planejamento das cidades, em que o carro perde o protagonismo e a preferência é resgatada para o pedestre e para as bicicletas.

A Segeth é responsável por definir as Diretrizes Urbanísticas (DIUR) para novos parcelamentos urbanos. Isso acontece de acordo com a Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro



de 1979, que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano, e do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do DF (PDOT), Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, e sua atualização, Lei Complementar nº 854, de 15 de outubro de 2012. Cada DIUR é um documento oficial que dispõe sobre o parcelamento do solo com fins urbanos, para orientar a elaboração de projetos preliminares de parcelamento do solo. No ano de 2017, as seguintes diretrizes foram emitidas:

1. Setor Habitacional Nova Colina.
2. Região do Setor JK, Setor Habitacional Fercal.
3. Setores Habitacionais Jóquei Clube e Quaresmeira.
4. Região Sul de Planaltina.
5. Via Transbrasília.

Existem ainda as Diretrizes Urbanísticas de Parcelamento do Solo Específicas (DIUPE), que tratam do detalhamento das Diretrizes Urbanísticas (DIUR) e orientam para a elaboração de projetos preliminares de parcelamento do solo. No ano de 2017, as DIUPEs emitidas foram:

1. Gleba 3 do Taquari II.
2. Parcelamento Chácara 93.
3. Estância Dolce Vitta.
4. Fazenda Lagoa Bonita.
5. Parcelamento Vive La Vie.
6. ARES do Campo.
7. ARIS Por do Sol.
8. Região do Centro e Subcentro 400/600 do Recanto das Emas.
9. Quinhão 13 – Anderson C. em Santa Maria.
10. Fazenda Sobradinho DF 150 km 06.
11. Sítio Aroeira na Fercal.
12. Chácara Canãa em Planaltina.
13. SH Mestre D'Armas – Adinar Torezani.
14. Setor Comercial no Jardim Botânico.
15. Chácara São Miguel em Sobradinho.
16. Fazenda Taboquinha – Quinhão 16.

No âmbito da elaboração de projetos de urbanismo, a Coordenação de Projetos da Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano está com mais de 30 projetos em andamento e os projetos relacionados abaixo foram concluídos:

1. Acessibilidade do Setor Hospitalar Local Sul.
2. Requalificação do Setor de Rádios e TV Sul.
3. Projeto executivo de rota acessível da estação 112 Sul do Metrô à W3 e via L2.
4. Sistemas Viário das Quadras 1 a 6 do Setor Hoteleiro Sul.
5. Urbanização de estacionamentos e calçadas na Via L2 Sul – SGAS 613 a 616 e SES 813 e 815/816.
6. Urbanização e paisagismo da Orla Livre – Fase I – Etapa 2ª na SHIS QL10.
7. Rota Acessível ao Centro de Ensino Especial CEE 01 SAMAMBAIA QS 303 - CONJ 04 - LT 01.
8. Rota Acessível ao Centro de Ensino Especial CEE 01 GAMA EQ 55/56 - AE 02.
9. Rota Acessível ao Centro de Ensino Especial CEE 01 BRAZLÂNDIA.



10. Rota Acessível ao Centro de Ensino Especial CEE 01 SOBRADINHO.
11. Rota Acessível ao Centro de Ensino Especial CEE 01 – TAGUATINGA.
12. Mobilidade ativa em Ceilândia - rotas de acessibilidade e malha cicloviária do SESC em direção à Estação Central de Ceilândia – QNN 17.
13. Mobilidade ativa em Ceilândia - rotas de acessibilidade e malha cicloviária em direção à Estação Central de Ceilândia – QNN 20.
14. Calçadas e regularização de estacionamentos - Sudoeste Econômico.
15. Acessibilidade da Quadra 03 do SCS.
16. Correções no Projeto de acessibilidade da Quadra 05 do SCS.
17. Correções no Projeto de requalificação da Praça do Povo do SCS.
18. Desenvolvimento do Projeto de urbanização e paisagismo da Orla Livre-Trecho SHIS QL 8 a 10, e conexões via ponte das Garças ao Deque Sul, PRAD ARIE do Bosque - QL 10 – Lago Sul.
19. Acessibilidade e espaços livres do Setor de Autarquias Norte, Regularização do lote do Cemitério – Plano Piloto.
20. Projeto urbanístico para concessão da infraestrutura e das estações do metrô.
21. Projeto urbanístico para concessão da Galeria dos Estados.
22. Projeto urbanístico Quadras 100 ímpares e Subcentro oeste de Samambaia.
23. Projeto urbanístico do Centro Urbano do Recanto das Emas como parte das ações do Programa Habita Brasília.
24. Projeto urbanístico do Subcentro 400/600 do Recanto das Emas como parte das ações do Programa Habita Brasília.
25. Revisão do Projeto urbanístico do Setor de Embaixadas Norte.
26. Elaboração de Projeto urbanístico do Terminal Rodoviário Asa Norte.
27. Criação de lote - Administração Candangolândia.
28. Alteração de Parcelamento Subdivisão do lote 23 do Setor de Garagens Oficiais – SGO.
29. Criação de lote em área pública próxima aos lotes 3,5, 7 e 9 da QS03 -RA III.
30. Rotas acessíveis nos Hospitais em Brazlândia, Sobradinho, Planaltina, Gama, Santa Maria, Plano Piloto, Guará, Paranoá, Samambaia e Ceilândia.

Em relação aos projetos edílios desenvolvidos pelo Escritório de Projetos diretamente ligado ao Gabinete, os seguintes projetos foram desenvolvidos:

1. Centro de Ensino Fundamental na Fercal e 7 Centros de Educação da Primeira Infância – CEPI – Projetos Complementares, Unidade Básica de Saúde na Fercal.
2. Centro de Atendimento Socioeducativo Feminino no Gama.
3. Projetos complementares com técnicas sustentáveis de aproveitamento e recuo de água para Guarita.
4. Anfiteatro e escola parque no Jardim Botânico.
5. Estudo preliminar para as Unidades Habitacionais de 1, 2 e 3 quartos e pavimento térreo com comércio na Unidade de Habitação Coletiva e Comércio em Santa Maria.
6. Assessoramento à Secretaria de Cultura para recebimento dos projetos de reforma do Teatro Nacional de Brasília.
7. Reforma para implantação de instanteria no Arquivo Público do Distrito Federal.
8. Ginásio de Esporte do Centro de Iniciação ao Esporte.
9. Elaboração de Projeto e Orçamento Arquitetônico e Elétrico da Mapoteca da Segeth no Arquivo Público do DF.



Há de se considerar também alguns estudos e documentos técnicos realizados em 2017:

1. Análise do Estudo Prévio de Viabilidade Técnica – EPVT da Academia de Tênis.
2. Parecer técnico sobre o Terminal do Aeroporto.
3. Desenvolvimento da Descrição Programática do Serviço de Locação Social para a sua modelagem.
4. Elaboração da Minuta do Plano de Uso e Ocupação do Setor de Recreação Pública Norte – PUOC/SRPN.
5. Diretrizes Urbanísticas da Quadra 901 do Setor de Grandes Áreas Norte – SGAN.
6. Elaboração do Caderno nº 2 sobre a definição de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS/ARIS).
7. Elaboração do Caderno nº 3 sobre o processo de regularização fundiária/etapa titulação da Vila Planalto.
8. Finalização da “Ferramenta de Avaliação de Inserção Urbana” para os empreendimentos do programa Minha Casa Minha Vida – Nota Técnica nº 2.
9. Finalização do Índice de Bem-Estar Urbano do DF – IBEU/DF – Nota Técnica nº 3.
10. Levantamento dos RUVs.
11. Emissão do Parecer Técnico sobre desapropriação de área para regularização de ocupações de área pública no SAAN.
12. Elaboração do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD) da ARIE do Bosque QL 10 no Lago Sul.
13. Desenvolvimento de indicadores junto à CODEPLAN.
14. Elaboração de edital para a realizar a nova Iconografia Geocultural do DF.
15. Redefinição das poligonais indicativas das Áreas de Desenvolvimento Produtivo – ADP I e da ADP II, em conjunto com a SEMA e TERRACAP para o ZEE.
16. Em elaboração a revisão do estudo da SEDHAB – PUI sobre parcelamento urbano isolado.
17. Simulações de viabilidade econômica com cálculo de custos para a linha de ação Aluguel Legal do Programa Habita Brasília.

Destaca-se ainda a importância dos Bancos de Dados desenvolvidos com informações e georeferenciamento das áreas de regularização no Distrito Federal, do Banco de Dados de imagens e fotos de áreas de regularização fundiária, o novo Geoportal, com acesso inclusive por meio de smartphones, desenvolvido com recursos de acessibilidade e responsividade, trazendo facilidade para uso de usuários leigos, o que se comprova pelo quantitativo de acessos registrados. O Geoportal é utilizado não somente pelas áreas técnicas, mas também pela população em geral.

Lançado o Concurso Público para Masterplan da Orla do Lago Paranoá, onde as equipes multidisciplinares que atuam com a elaboração de projetos arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos, poderão apresentar suas propostas que indicarão usos, atividades e a configuração ao longo do Lago Paranoá. Os participantes deverão apresentar uma concepção geral para a orla e para a utilização do espelho d’água. O vencedor do concurso desenvolverá, além do conceito geral, mais três propostas para três áreas indicadas no edital, duas no Lago Sul e uma no Lago Norte. O concurso Masterplan da Orla faz parte da Orla Livre, um projeto integrador e coordenador de diversas ações em torno da desocupação e reocupação da Orla do Lago Paranoá. Visa qualificá-lo ambientalmente, integrando-o ao uso social do espaço.

Quanto aos processos de análise e aprovação de projetos de urbanismo, houveram 170



análises por meio de processos, totalizando 11388,26571ha e 48 análises por meio de requerimentos totalizando 4433,464021ha. Seguem quadros demonstrativos:

**ANÁLISES E APROVAÇÕES DE PROJETOS DE URBANISMO**

ATIVIDADES	ANÁLISES		APROVAÇÕES		TOTAL	
	Quantidade	Área (m <sup>2</sup> )	Quantidade	Área (m <sup>2</sup> )	Quantidade	Área (m <sup>2</sup> )
Processos e Requerimentos Parcelamentos Novos	218	158.217.297	15*	7.124.302	233	165.341.599
Processos Regularização	147	140.072.574	6	5.374.700	153	145.447.274
Processos Área Pública	143		31	61.907	174	61.907
Processos Paisagismo	120		10	6.823.262	130	6.823.262
Processos Infraestrutura	364		36	829.563	400	829.563
Expedientes Responderidos	581	-	-	-	581	-
<b>Total</b>			98		1.671	318.503.605

**APROVAÇÕES DE PROJETOS DE URBANISMO**

TIPO	QUALIDADE	AREA (ha)	PARCELAMENTOS
ESTUDO PRELIMINAR	3	176,4235	Residencial Palmeiras 390.000.240/2012
			Residencial Bonsucesso 111.000.044/2016
			Residencial Sobradinho 111.000.042/2016
CONPLAN	6	190,6743	Nova Planaltina 030.017.316/1992
			Santa Felicidade 260.050.612/2016
			Residencial Canaã 260.024.372/2002
			Vila Green Village 390.000.875/2002
			Setor Habitacional Crixá 390.000.152/2014
			Residencial Bonsucesso 111.000.044/2016
DECRETO	5	341,7836	Sol Nascente. Trecho 2 Etapa 2 429.000.535/2016
			Nova Planaltina 030.017.316/1992
			Setor Habitacional Crixá 390.000.152/2014
			Itapoa Parque (2 Decretos) 390.000.174/2013
CONDOMINIO URBANISTICO	1	3,5488	Residencial Porto Pilar 250.000.204/200
<b>Total</b>	<b>15</b>	<b>712,4302</b>	



Em 2017 a Central de Aprovação de Projetos conseguiu reduzir o tempo médio da primeira análise dos projetos de arquitetura para 15 dias, considerando que, pela legislação pertinente, o prazo máximo é de 30 dias.

O Tempo médio de 1ª análise em 2015 era de 66 dias, em 2016 era de 22 dias e em 2017 está em 15 dias.

APROVAÇÃO DE PROJETOS DE ARQUITETURA EM 2017						
MÊS	ENTRADA DE NOVOS PROJETOS	ANÁLISES	APROVAÇÃO		LICENCIAMENTO	
			UNITÁRIO	AREA (m²)	UNITÁRIO	AREA (m²)
JAN	61	412	34	192.191,04	21	101.321,31
FEV	149	274	34	201.879,04	8	33.460,44
MAR	94	394	46	457.687,78	23	100.654,05
ABR	72	268	53	322.689,71	13	191.479,79
MAI	94	362	77	263.954,51	22	140.970,47
JUN	80	354	73	442.190,76	16	55.279,39
JUL	114	304	78	488.350,00	12	159.177,81
AGO	119	479	112	517.966,60	30	334.737,55
SET	139	359	72	510.398,51	31	137.574,55
OUT	86	427	66	445.200,80	19	231.196,57
NOV	89	344	52	144.725,38	14	101.926,59
DEZ	91	297	73	445.328,68	19	69.613,77
TOTAL	1.188	4.274	770	4.432.562,81	228	1.657.392,28

ARRECADAÇÃO EM 2017				
Código	Discriminação da Arrecadação	Valor Arrecadado (R\$)	Valor Inscrito na Dívida Ativa (R\$)	Valor Total (R\$)
3695	CCDRU	277.666,12	0	277.666,12
4120	ODIR	6.470.588,04	682.490,90	7.153.078,94
4132	ONALT	2.769.478,46	9.976.975,04	12.746.453,50
5907	CMU	1.634.217,49	0	1.634.217,49
3131	TAPUME	73.659,19	0	73.659,19
3573	TAXA DE EXPEDIENTE *	3.248,79	0	3.248,79

\* A taxa de expediente refere-se ao período de 02 de agosto a 30 de dezembro de 2017.

CCDRU - Contrato de Concessão de Direitos Real de Uso

ODIR - Outorga de Direitos de Construir

ONALT - Outorga Onerosa de Alteração de Uso

CMU - Contrapartida de Mobilidade Urbana



#### **4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE**

##### **Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.**

No ano de 2017 a Segeth avançou significativamente na proposição de normas relacionadas ao planejamento e gestão territorial, destacando algumas normas de maior impacto à população do Distrito Federal, como a Lei de Uso e Ocupação do Solo beneficiando mais de 365 mil lotes urbanos registrados em cartório e espalhados por 24 regiões administrativas, a Lei de Permeabilidade, a Lei de Compensação Urbanística, a Lei dos Puxadinhos da Asa Norte e Asa Sul, projetos urbanísticos de regularização de áreas, definição de parâmetros urbanísticos de uso e ocupação do solo em lotes específicos, criação de Zona Especial de Interesse Social – ZEIS no Pôr do Sol - Ceilândia, para provimento de Novas Áreas Habitacionais e para a Criação da Linha de Ação Aluguel Legal do Programa Habita Brasília.

Quanto à definição das Diretrizes Urbanísticas, a unificação da elaboração das Diretrizes em uma Diretoria específica trouxe agilidade no processo, fazendo com que em 2017 fossem emitidas 6 diretrizes Urbanísticas - DIUR e 17 Diretrizes Urbanísticas de Parcelamento do Solo Específicas - DIUPES.

No âmbito dos projetos, 32 projetos de urbanismo foram concluídos e 30 estão em andamento, todos visando a melhoria urbanística de todo o Distrito Federal. Em relação aos projetos edifícios foram desenvolvidos projetos para a Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde, Secretaria de Segurança Pública, Secretaria de Cultura, Arquivo Público do DF e Secretaria de Esportes.

A publicação do Guia de Urbanização, destaca-se também como um importante instrumento visando orientar para modelos que beneficiem a mobilidade ativa e acessibilidade universal em projetos para espaços públicos, priorizando o pedestre e as bicicletas.

Um dos marcos desta gestão foi o incremento da participação social nas discussões sobre as proposições das normas. Foram realizadas 15 reuniões com o CONPLAN, 6 com o FUNDURB, 7 com o FUNDHIS, 6 com o CCPPTM/DF, 16 da CPCOE, diversas consultas públicas e Audiências Públicas presenciais e on-line, além das reuniões técnicas na Câmara Legislativa do Distrito Federal, visando dirimir as dúvidas sobre os normativos apresentados.

As dificuldades enfrentadas no desenvolvimento das atividades da Segeth, estão relacionadas aos cortes no orçamento, à falta de pessoal e, à complexidade e amplitude dos trabalhos elaborados e em andamento, que envolvem a realização de estudos técnicos aprofundados, com o conhecimento de uma legislação extensa, dualidades estas mencionadas no Relatório de Atividades do ano passado, porém, avançamos muitos na consolidação das informações técnicas em uma única ferramenta, o novo Geoportal, que entrou em funcionamento em maio de 2017, desenvolvido com recursos de acessibilidade e responsividade, trazendo facilidade para uso de usuários leigos, o que se comprova pelo quantitativo de acessos registrados. O Geoportal é utilizado não somente pelas áreas técnicas, mas também pela população em geral.

Mesmo com a dificuldade financeira encontrada, a Segeth modernizou seu parque de informática, com a substituição de 400 computadores, atualizou todos os computadores, inclusive os remanescentes, com o novo Windows 10 pro, possibilitando, portanto, a padronização de seu



ambiente operacional, trazendo mais estabilidade, produtividade e segurança da informação.

Quanto à produtividade e disponibilidade no âmbito da Tecnologia da Informação, ressalta-se a implantação do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, agilizando consideravelmente o tempo de tramitação dos processos internos e com os demais órgãos do GDF, reduzindo custos com materiais de consumo e suprimentos de informática e dando maior confiabilidade nos documentos tramitados, uma nova rede de dados (cabeamento e novos switches) resolvendo os problemas de tempo de resposta na rede, o desenvolvimento do Portal do Concurso da Orla Livre do Lago, em tempo recorde para lançamento do Concurso, as atividades desenvolvidas pela área de topografia no tocante ao apoio dado na desobstrução da orla do Lago Paranoá, e, principalmente quanto ao licenciamento urbanístico e edílico, apoiando a Central de Aprovação de Projetos, consolidando a imagem da SEGETH de boa gestão, perante o governo e a opinião pública.

Para o ano de 2018, o planejamento e expectativa desta Secretaria são os fechamentos dos projetos que estão em andamento, sobretudo, o Plano Orla Livre com a realização do Concurso Masterplan Orla Livre, que é uma forma democrática e transparente de ouvir o maior número possível de profissionais capacitados e habilitados que irão apresentar as propostas com imagens e desenhos daquilo que se propõe à urbanização da Orla. Desta forma, o Concurso busca um conceito unificador para os 109 km do perímetro do Lago Paranoá, com quase 40km de áreas de intervenções mais específicas, respeitando o espírito fundador de Brasília, do melhor que há na técnica urbanística, paisagística e de engenharia, respeitando o caráter ambiental necessário.

A elaboração do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília - PPCUB, que já está em andamento, por meio de discussões técnicas com a participação popular e demais instituições relacionadas ao assunto, atende ao Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que estabelece a política de proteção do patrimônio histórico, artístico e cultural do país. O PPCUB é o instrumento básico de consolidação do regulamento da legislação urbanística e de preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília - CUB, assim como das diretrizes de planejamento e controle de sua evolução físico-espacial e de promoção do seu desenvolvimento econômico e social, ao mesmo tempo em que contempla os fundamentos para o aperfeiçoamento dos instrumentos urbanísticos e jurídicos de proteção desse conjunto urbano, objeto de tombamento federal e tutelado pela UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade. O Plano concretiza a oportunidade da atualização e sistematização do regime normativo em um único instrumento, tendo em vista que ele promoverá a consolidação, atualização e adequações no regime normativo vigente, constituído por um universo extenso e disperso em vários instrumentos normativos, aprovados ao longo dos anos em diversos formatos (plantas-gabarito, normas de gabarito – GB e NGB, resoluções do Conselho da NOVACAP, decisões dos antigos Conselhos CAU e CAUMA). O Plano promoverá, ainda, as adequações necessárias para o desenvolvimento sustentável e a preservação das diversas áreas integrantes do Conjunto Urbanístico de Brasília, resguardando os valores e características essenciais das escalas urbanas que estruturam a concepção urbanística do projeto do arquiteto Lucio Costa para Brasília – a monumental, a residencial, a gregária e a bucólica. O Plano concretiza a oportunidade da definição de níveis diferenciados de preservação, possibilitando a identificação das áreas com características determinantes a ser objeto de salvaguarda e conservação.

Outros normativos que já estão em elaboração serão encaminhados à aprovação e publicação, sendo eles: Minuta de Lei Complementar que regulamenta a outorga onerosa de transformação de uso rural em urbano – ONURB, Minuta de Lei de Implantação de Infraestrutura de Telecomunicação, Minuta do Projeto de Lei para a criação de Zonas Especiais de Interesse



Social – ZEIS, Proposta de regulamentação da Lei Distrital nº 4.996/2012, que será alterada em função da Lei Federal nº 13.465/2017 de regularização fundiária urbana, com a participação desta Secretaria no Grupo de Trabalho coordenado pela Casa Civil, Decreto de Adoção de Praças e o Decreto de Regulamentação do Novo Código de Obras.

Por fim, em 2018 haverá a informatização total do processo de licenciamento na Coordenação de Arquitetura da Central de Aprovação de Projetos, que iniciou com a implantação do Sistema Eletrônico de Informação - SEI e o Sistema da CAP - SISCAP, que também terá uma versão WEB.

**SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO E HABITAÇÃO -  
SEGETH**